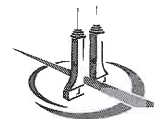




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS
GABINETE DO VEREADOR JOSÉ CLEMENTE DA SILVA CORRÊA



CMU 000630-LEG 22/04/2020 11:28

EMENDA MODIFICATIVA Nº 14 /2020

Senhor Presidente,
Senhoras Vereadoras,
Senhores Vereadores:

O Vereador José Clemente da Silva Corrêa (PDT) vem, respeitosamente, nos termos do artigo 141 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, apresentar **EMENDA MODIFICATIVA** ao Projeto de Lei Ordinária nº 080/2020, que dispõe sobre “Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2021” de autoria do Poder Executivo Municipal de Uruguaiana, como segue:

Texto Original:

Anexo 6

Programa de Trabalho

Unidade Gestora.....: CONSOLIDADO

Órgão.....: 22 SEC SEGURANÇA, TRANS, TRANSP MOB URBANA

Unidade Orçamentária: 22.01 Sec. Mun. Seg. Transito Transp e Mob Urb

06.181.2204.8.085.000 Modernização e manutenção das ações da ROMU	310.000,00	310.000,00
---	------------	------------

Texto proposto:

Anexo 6

Programa de Trabalho

Unidade Gestora.....: CONSOLIDADO

Órgão.....: 22 SEC SEGURANÇA, TRANS, TRANSP MOB URBANA

Unidade Orçamentária: 22.01 Sec. Mun. Seg. Transito Transp e Mob Urb

06.181.2204.8.085.000 Modernização e manutenção das ações da ROMU e investimento em Equipamentos para Controle de Distúrbio Civil	310.000,00	310.000,00
---	------------	------------



JUSTIFICATIVA:

1. O art. 144, da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) afirma que a segurança pública é “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”, indicando a responsabilidade do Estado Brasileiro com a garantia de segurança à população.
2. O art. 3º, da Lei Federal nº 13.022, de 08 de agosto de 2014, conferiu às Guardas Civis Municipais a responsabilidade pela: I- proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas; II- preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas; III- patrulhamento preventivo; IV- compromisso com a evolução social da comunidade; e V- uso progressivo da força.
3. O art. 2º, da Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e criou a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) reafirmou que a segurança pública é “dever do Estado e responsabilidade de todos” e que cabe aos Municípios a garantia da segurança aos seus cidadãos dentro de suas competências.
4. O art. 9º, da Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018, afirmou que a Guarda Civil Municipal integra o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), demonstrando a relevância da atuação e do trabalho da Guarda Civil Municipal, em especial, das Rondas Municipais Urbanas na segurança da população de uruguaiana.
5. É importante destacar que as Rondas Municipais Urbanas de Uruguaiana exercem papel fundamental no patrulhamento preventivo, prevenção e enfrentamento à violência e no combate a criminalidade em Uruguaiana, resultando no reconhecimento da população uruguaianense ao trabalho da segurança pública municipal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS
GABINETE DO VEREADOR JOSÉ CLEMENTE DA SILVA CORRÊA



6. Da mesma forma, é necessário que as Rondas Municipais Urbanas, vinculadas à Guarda Civil Municipal de Uruguaiana, contem com recursos e equipamentos necessários para ampliar e fortalecer as ações de segurança pública em nosso município.

7. O investimento em Equipamentos para Controle de Distúrbio Civil para as Rondas Municipais Urbanas (ROMUs) oportunizará maior segurança aos agentes de segurança pública municipal e colaborará no enfrentamento à violência e à criminalidade em nosso Município.

Uruguaiana, 21 de outubro de 2020.

Vereador José Clemente da Silva Corrêa
Bancada do PDT